

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.765 - MG (2019/0163135-3)**

AGRAVANTE : VICENTE PINTO FERREIRA  
ADVOGADO : ANTONIO MARIO DE TOLEDO E OUTRO(S) - MG000916  
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por VICENTE PINTO FERREIRA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. REQUISITO ETÁRIO NÃO PREENCHIDO. REQUISITOS DA LEI 8.213/1991. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.

1. Nos termos da Lei 8.213/1991, tem direito ao benefício da aposentadoria rural por idade o segurado especial, empregado rural, trabalhador autônomo rural ou trabalhador avulso, com idade superior a 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher, que tenha comprovado o efetivo exercício de atividade rural, por período igual ao número de meses correspondentes à respectiva carência exigida no art. 142 do referido texto legal.

2. É requisito para a concessão da aposentadoria rural disciplinada no art. 143 da Lei 8.213/91 a prova de atividade rural, ainda que descontínua, nos termos do referido artigo. O §4º do art. 55 da mesma lei traz limitação sobre os meios de produção de prova, exigindo, regra geral, início de prova material, significação abrangida pelo conceito de documento.

3. Todavia, segundo a legislação de regência (Lei 8.213/1991, art. 55, § 3º) e o disposto nas Súmulas 149 do STJ e 27 do TRF da 1ª Região, a comprovação da atividade rural demanda a apresentação de início razoável de prova documental, que deve ser corroborada por prova testemunhal consistente sobre a veracidade das alegações no período de carência.

4. Verifica-se, ainda, que a parte autora não preenche o requisito etário conforme disposto na lei que rege a matéria.

5. Apelação da parte autora não provida.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente alega como ofendidos os artigos 2º, 11, 39, I, 48, 49, 55, 102, § 1º, 106, 142 e 143, além do Decreto 3.048/99, do Decreto 611/92, da Lei 10.666/03, como o artigo 3º, da Lei 9.032/95, dos artigos 371, 369, 442, 444, 457 a 459, 932 do CPC, Súmula 149 do STJ, Súmula 46 da TNU e mesmo lhes dado interpretação divergente da que lhes foi atribuída por esta e pelas demais turmas do E.Tribunal Regional Federal da Primeira Região, pelo Superior Tribunal de Justiça e por outros Tribunais.

Sustenta, em síntese, que pleiteou aposentadoria por tempo de serviço/contribuição e não aposentadoria por idade rural como julgou o

Tribunal a quo e, que estão presentes elementos probatórios favoráveis ao recorrente.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Inicialmente sobre a alegação do recorrente de que o julgador teria decidido fora dos limites da demanda, verifico que o tema, apesar de suscitado nos embargos de declaração e não analisado no acórdão que proferiu os embargos de declaração, não foi adequadamente apresentado no presente recurso, não tendo o recorrente impugnado a alegada eiva, tendo em vista não ter sido indicado como violado o art. 535 do CPC/73 (1.022 do CPC/2015), o que implica em deficiência de fundamentação, apta a atrair o comando da súmula 284/STF.

Por outro lado, quanto aos demais dispositivos legais, que tem como base a afirmação do recorrente da existência de conjunto probatório suficiente para demonstrar o direito pretendido, verifico que sobre o assunto o Tribunal teceu as seguintes considerações, *in verbis*:

No caso, correta a sentença que, ao analisar o conjunto probatório, julgou improcedente o pedido inicial, tendo em vista que a parte autora não logrou comprovar a sua qualidade de rurícola, por meio de prova material amplamente aceita pela jurisprudência, corroborada por prova testemunhal.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de

convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator